

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de ALIMENTOS, para atender as necessidades das Residências Terapêuticas pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Gerência de Saúde Mental;

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço por Lote nos termos da Lei 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:

Item	Código	Descrição do alimento	U/C	Quant.
LOTE 01 - ESTOCÁVEIS				
1	463994	AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL EMBALAGEM COM 1 KG	PCT.	270
2	407523	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO EMBALAGEM C/ 75 ML	UNIDADE	24



3	459077	AMIDO DE MILHO PURO – EMBALAGEM COM 500 GR.	UNIDADE	24
4	458904	ARROZ POLIDO AGULHINHA – LONGO / FINO / TIPO 1 – EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	KG	540
5	460501	AVEIA – FLOCOS FINOS – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 200G	UNIDADE	120
6	463696	AZEITE DE OLIVA PURO – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 ML	UNIDADE	72
7	232236	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA – EMBALAGEM ORIGINAL COM 200 GR.	PCT.	360
8	402544	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 350 GR.	PCT.	206
9	232930	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 200 GR.	.PCT	360
10	463591	CAFÉ TORRADO E MOÍDO – EMBALAGEM AUTOMATICAMENTE, DE 1ª QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA ABIC, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM METALIZADA ORIGINAL C/ 500 GR.	PCT.	252
11	459072	CANJQUINHA MILHO AMARELO, PURA, SEM CORANTE E CONSERVANTES – EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL C/ 1 KG.	UNIDADE	96
12	258075	CHÁ DE CAMOMILA – CX. C/ 10 SACHÊS COM NO MÍNIMO 10 GR.	CAIXA	60
13	401735	CHÁ DE ERVA DOCE – CX. C/ 10 SACHÊS COM NO MÍNIMO 10 GR.	CAIXA	60
14	256088	CHÁ DE CIDREIRA – CX. C/ 10 SACHÊS COM NO MÍNIMO 10 GR.	CAIXA	60
15	463556	CHOCOLATE EM PÓ – EMBALAGEM ORIGINAL COM 500 GR.	UNIDADE	270
16	459670	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO – EMBALAGEM C/ 350 GR.	LT.	324



17	458918	FARINHA DE MESA FINA (OU DE MANDIOCA) – CRUA, FINA BRANCA, TIPO 1 – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 1 KG.	KG	96
18	465332	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E SEM FERMENTO – EMBALAGEM ORIGINAL COM 1 KG.	KG	96
19	326330	FARINHA PARA QUIBE – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 GR.	UNIDADE	96
20	464552	FEIJÃO PRETO – TIPO 1 – EMBALAGEM ORIGINAL COM 1 KG.	UNIDADE	396
21	459586	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ – EMBALAGEM C/ 100 GR.	UNIDADE	24
22	470688	FUBÁ DE MILHO – 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM ORIGINAL C/ 1 KG	KG	72
23	462678	GOIABA (DOCE) SEM ADIÇÃO DE CORANTES – EMBALAGEM C/ 300 GR.	UNIDADE	60
24	446019	LEITE EM PÓ INTEGRAL – INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 400 GR. O PRODUTO DEVERÁ TER BOA SOLUBILIDADE	UNIDADE	744
25	459002	MASSA DE ESPAGUETE - COM OVOS – Nº 8 OU Nº 9 – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 GR. - ISENTO DE GORDURA TRANS	PCT.	240
26	458980	MASSA PARAFUSO - COM OVOS – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 GR.	PCT.	120
27	458960	MASSA PADRE NOSSO – COM SEMOLINA – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 GR.	PCT.	72
28	463690	MILHO PARA CANJICA BRANCA – TIPO 2 – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 GR.	PCT.	60
29	456695	ÓLEO DE SOJA – TIPO 1 – EMBALAGEM C/ 900 ML.	UNIDADE	120
30	461092	SAL REFINADO E IODADO – EMBALAGEM C/ 1 KG	KG	36



31	464758	SUCO CONCENTRADO DE CAJU – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 ML	GARRAFA	192
32	464751	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 ML	GARRAFA	192
33	464755	SUCO CONCENTRADO DE UVA – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 500 ML	GARRAFA	192
34	269223	VINAGRE DE ÁLCOOL – EMBALAGEM ORIGINAL C/ 750 ML	UNIDADE	12
LOTE 02 – CARNE E DERIVADOS				
1	451670	LOMBO SUÍNO (SEM OSSO)	KG	210
2	454336	PATINHO BOVINO (1ª QUALIDADE S/ OSSO)	KG	210
3	447594	FRANGO (FILÉ DE PEITO S/ OSSO)	KG	300
4	447448	MÚSCULO BOVINO (S/ OSSO) NO MÁXIMO 10% DE GORDURA CONGELADA, SENDO CADA PEÇA EMBALADA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM NO MÁXIMO 5 KG.	KG	210
5	448892	PEIXE (PESCADA EM FILÉ S/ PELE, S/ ESPINHA)	KG	210
6	447636	COXA/SOBRECOXA DE FRANGO	KG	300
LOTE 03 - PANIFICAÇÃO				
1	465551	PÃO CARECA EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL, COM PESO MÍNIMO DE 50 GR. A UNIDADE. ISENTO DE GORDURAS TRANS	KG	240
2	465551	PÃO CARECA, BISNAGUINHA, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL, COM PESO MÍNIMO DE 300 GR. O PACOTE, COM PESO MÍNIMO DE 30 GR. A UNIDADE. ISENTO DE GORDURAS TRANS	KG	240
3	460408	PÃO DE FORMA TRADICIONAL, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL COM PESO DE 500 GR. O PACOTE; CONTENDO A	PACOTE	480



		DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO		
LOTE 04 – LEITE E DERIVADOS				
1	446704	IOGURTE DE FRUTAS (SORTIDOS) – EMBALAGEM ORIGINAL, GARRAFA PLÁSTICA C/ NO MÍNIMO 900 GR., CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. ISENTO DE GORDURA TRANS	UNIDADE	267
2	446384	MANTEIGA COM SAL – EMBALAGEM ORIGINAL COM 200 GR. ISENTO DE GORDURA TRANS	UNIDADE	228
3	463699	MARGARINA VEGETAL CREMOSA, COM SAL, CONTENDO DE 60 A 95% DE TEOR DE LIPÍDIOS, ISENTO DE GORDURA TRANS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 500 GR. COM AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. DEVERÁ SER ISENTA DO RANÇO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS, APRESENTANDO ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR NORMAIS	UNIDADE	96
4	425288	REQUEIJÃO CREMOSO TRADICIONAL, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL COM 200 GR. ISENTO DE GORDURA TRANS	UNIDADE	228
5	446634	QUEIJO MUSSARELA EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	KG	72
6	446661	QUEIJO MINAS FRESCAL EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL, CONTENDO NO MÍNIMO 500 GR.	KG	72
LOTE 05 - HORTIFRUTIGRANJEIROS				
1	464374	ABACAXI	KG	160
2	463746	ABÓBORA MADURA	KG	360



3	463749	ABOBRINHA ITALIANA	KG	48
4	463819	AGRIÃO	KG	24
5	463795	AIPIM/MANDIOCA	KG	150
6	463833	ALFACE/LISA	KG	48
7	461695	ALHO	KG	54
8	464380	BANANA D'ÁGUA	KG	240
9	464381	BANANA PRATA	KG	240
10	463760	BATATA BAROA	KG	150
11	463753	BATATA DOCE	KG	150
12	463754	BATATA INGLESA	KG	600
13	463767	BETERRABA	KG	144
14	463837	BRÓCOLIS	KG	48
15	464388	CAQUI	KG	80
16	463781	CEBOLA	KG	180
17	463882	CHEIRO VERDE	KG	36
18	463770	CENOURA	KG	240
19	463778	CHUCHU	KG	240
20	463831	COUVE FLOR	KG	48
21	463822	COUVE MANTEIGA	KG	36
22	463824	ESPINAFRE	KG	72
23	463789	GOIABA VERMELHA	KG	160
24	464393	INHAME	KG	150
25	464393	LARANJA LIMA	KG	240
26	464396	LARANJA SELETA	KG	240
27	464398	LIMÃO BRANCO/TAITI	KG	240
28	258252	MAÇÃ NACIONAL	KG	480
29	464404	MAMÃO FORMOSA	KG	480

30	464418	MELANCIA	KG	160
31	467577	OVO BRANCO	DÚZIA	400
32	463796	PEPINO	KG	48
33	463809	PÊRA WILLIANS	KG	160
34	463839	REPOLHO VERDE	KG	96
35	464436	TANGERINA PONKAN	KG	160
36	463806	TOMATE (SALADA)	KG	180
37	464438	UVA ITÁLIA	KG	240
38	463814	VAGEM MANTEIGA	KG	36

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de alimentos em geral se faz necessária haja vista a IMPLEMENTAÇÃO das Residências Terapêuticas que absorverão pacientes egressos do processo de desinstitucionalização psiquiátrica.

3.3. No processo de construção e consolidação do Sistema Único de Saúde é possível apontar como uma de suas políticas mais bem sucedidas a de reforma da atenção em saúde mental.

3.4. A partir de um modelo anacrônico de atenção, centrado quase que exclusivamente no recurso à internação em hospitais psiquiátricos, no correr de pouco mais de uma década foi possível redirecionar a política de saúde mental para uma rede de cuidados extra-hospitalares de base territorial.

3.5. Os efeitos desta mudança são palpáveis não apenas no campo sanitário, com a sensível ampliação das possibilidades de acesso ao tratamento em saúde mental, mas alcançam

ainda a dimensão mais ampla da cultura, com fortes efeitos na própria visão que a sociedade tem sobre a loucura.

3.6. Esta mudança se faz sentir no cotidiano de trabalho dos serviços de saúde mental que compõe este novo modelo, tanto nos CAPS, quanto nos demais equipamentos componentes desta rede.

3.7. Cabe ressaltar a importância nodal do Programa de Volta para Casa, na consolidação desta política, criado pela Lei Federal 10.708/2003, que vem dando novo e positivo significado à vida dos familiares e usuários do sistema público de saúde mental. O programa, já possibilitou o retorno de vários pacientes à cidadania plena de pessoas anteriormente limitadas à vida asilar por longos anos.

3.8. Enfrentando dificuldades iniciais importantes (falta de documentação dos pacientes longamente internados, perda quase absoluta de seus vínculos sociais, entre outros pontos), foi possível constatar os efeitos imediatos do Programa no cotidiano das pessoas egressas de hospitais psiquiátricos – o auxílio reabilitação realiza uma intervenção significativa no poder contratual dos seus beneficiários, potencializando sua emancipação e autonomia.

3.9. Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar é que a adesão ao Programa e à desinstitucionalização devem necessariamente caminhar junto ao processo de expansão dos CAPS, dos Serviços Residenciais Terapêuticos, dos Centros de Convivência e Cultura, dos ambulatórios e dos leitos em Hospitais nos municípios.

3.10. Este processo de transformação do cuidado em saúde mental, que deve se refletir no redimensionamento não só do cuidado, mas do cotidiano destes cidadãos, suas possibilidades, precisa começar do nada: reorganizam seus corpos, aprendem a se cuidar, aprendem a olhar para os dois lados antes de

3.11. O quantitativo dos itens constantes no presente feito teve como base aqueles solicitados nos processos referenciados aos CAPS, considerando que as Residências Terapêuticas contarão com 51 (cinquenta e uma) pessoas, dentre elas moradores e funcionários, com o fornecimento de 03 (três) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar).

3.12. Cabe salientar que devido o processo de implantação das 03 (três) Residências Terapêuticas, regidas pela Portaria nº 106/2000, não há o que falar em série histórica de consumo, visto ser a primeira aquisição destes itens.

3.13. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda das Residências Terapêuticas pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do sistema de registro de preços. Importante observar, que o quantitativo total apresentado pela Unidade Requisitante concerne a uma estimativa de consumo, trata-se de um número variável e não absoluto. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

3.14. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica da Unidade Requisitante, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas no presente, cabendo a servidora, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial (salvo nas condições estabelecidas no subitem 4.1.1 deste Termo de Referência), concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

4.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovado, ainda na fase de habilitação, sua



viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/205.

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30-15;

5.1.2. Fonte de recurso: 007;

5.1.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0087.2.237;

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO



6.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante com prazo não superior a 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião.

6.2. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

6.3. A entrega do objeto deverá ser efetuada no endereço e horários arrolados abaixo:

* CAPS i - Av. Marques de Maricá, 137, Parque São Clemente – Nova Friburgo/RJ.
de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 09h00min às 17h00min;

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as



indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

10.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

10.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

10.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
FERNANDA VEIGA PACHECO	062.640	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA
FELIPPE JESUS SCHUENQUEL	062.101	SUPERIOR IMEDIATO
ELAINE GOMES	299.141	FISCAL TITULAR
CAROLINA GIAFALDONI VIANA	115.186	FISCAL SUBSTITUTO

13.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.2. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;



- Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento do procedimento, mesmo após o encerramento da cotação de preços.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa:

15.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.2.2. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.4.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.4.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que



será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as



disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 02 de setembro de 2021.

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 062.640

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137